

AZ@BXL

Número: 273 Data: 2023.05.26

No título: [Casa dos Dabney](#)

Nota: A [série](#) em questão pretende visitar em toda a sua extensão os centros ambientais nos Açores. Ainda na ilha do Faial, a Casa dos Dabney, recuperada pelo Governo Regional dos Açores, retrata a história e o percurso da família Dabney que viveu no Faial, deixando uma herança cultural, histórica e científica, ainda hoje visível e reconhecida na ilha. A família Dabney instalou-se no Faial em 1806, quando John Bass Dabney foi nomeado Cônsul-Geral dos Estados Unidos nos Açores, cargo que passou de geração em geração. Assim, três membros desta família (John, Charles e Samuel) exerceram, sucessivamente, este cargo ao longo de quase um século.

Em 1854, Charles William Dabney adquiriu uma casa de veraneio, edificada no Monte da Guia e incluída num complexo residencial composto por uma casa com cisterna, cais e abrigo para dois botes, um miradouro, uma pequena área de vinhas que se estende pela encosta em direção à baía de Porto Pim e uma adega, onde atualmente está patente a exposição sobre as suas vivências na ilha. Explore estes e outros locais emblemáticos desta família através do Roteiro dos Dabney. Consulte-o [aqui](#).

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Orientações políticas no âmbito do Semestre Europeu: Pacote Primavera 2023](#)

[NextGenerationEU: Portugal apresenta pedido de revisão do PRR e acrescenta capítulo REPowerEU](#)

[Faria e Castro reuniu-se em Bruxelas com Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia](#)

[Economia marítima sustentável: Comissão lança Fórum Azul Europeu e relatório sobre a economia azul](#)

[Relatório do Eurostat apresenta o progresso da UE em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

[Conselho apela a um acesso transparente, equitativo e aberto às publicações académicas](#)

[Regulamento Conceção Ecológica: Conselho adota posição](#)

[União dos Mercados de Capitais: Conselho define a sua posição sobre a proposta relativa aos pagamentos imediatos](#)

[Conselho confirma datas de 6 a 9 de junho de 2024 para as próximas eleições para o Parlamento Europeu](#)

[Abandono escolar precoce: 10% em 2022](#)



26 e 27 de maio



Fórum Social do Porto

O [Fórum Social do Porto](#) pretende reafirmar o papel da Europa Social e dar continuidade aos compromissos assumidos na Cimeira Social do Porto, entre a Presidência do Conselho da UE, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, parceiros sociais e sociedade civil, criando sinergias para o Futuro da Europa, cada vez mais inclusiva, mais justa e mais social.

O [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) estabelece 20 direitos e princípios orientadores para uma Europa social forte, justa, inclusiva e repleta de oportunidades. O [Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) enumera mais de 75 iniciativas para implementar o Pilar, das quais 66 foram já adotadas ou estão atualmente a ser analisadas pelo Parlamento Europeu ou pelos Estados-Membros. Está disponível a [agenda](#) do Fórum Social do Porto 2023 e o evento pode ser [seguido em direto](#).

Até 30 de maio



Garrafas de plástico de utilização única para bebidas: legislação europeia sobre o cálculo, a verificação e a comunicação de informações sobre o teor de plástico reciclado

Esta iniciativa visa estabelecer regras comuns relativas ao cálculo, à verificação e à comunicação de informações sobre o teor de plástico reciclado nas garrafas de plástico de utilização única para bebidas. O objetivo é proporcionar clareza jurídica aos Estados-Membros para que estes possam aplicar corretamente a legislação europeia relativa aos plásticos de utilização única. Esta medida contribuirá para aumentar a utilização de materiais reciclados na economia da UE e reduzir a incineração de resíduos de plástico e a deposição de plásticos em aterro. Comentários [aqui](#).



Conselho (Agricultura e Pescas)

A Presidência [apresentará](#) informações sobre os aspetos relacionados com a segurança dos alimentos e com o desperdício alimentar no âmbito do Regulamento relativo a embalagens e resíduos de embalagens. A Comissão irá fazer uma explanação respeitante à situação do mercado, em particular na sequência da invasão da Ucrânia. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#), podendo ainda acompanhar [aqui](#) os pontos da agenda da reunião que decorrerão em sessão pública.



Conselho (Assuntos Gerais)

Entre os tópicos em cima da mesa, [estará](#) a preparação do Conselho Europeu de 29-30 de junho de 2023. Haverá igualmente uma audição relativa à observação dos valores da União na Hungria, e uma outra respeitante ao cumprimento do Estado de direito na Polónia, no cumprimento do artigo 7.º, n.º 1, do TUE.



Concurso para posto de Assistente Técnico na Embaixada de Portugal em Bruxelas

Concurso externo para o preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de Assistente Técnico, da carreira de Assistente Técnico, para exercer funções na Embaixada de Portugal em Bruxelas, Bélgica. Consulte todas as informações em: [Aviso de abertura de concurso Bruxelas AT.pdf \(mne.gov.pt\)](#).



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como o **apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).



Aberto período de candidaturas aos prémios “REGIOSTARS”

A Comissão Europeia [abriu](#) a 16.ª edição do concurso de prémios “[REGIOSTARS](#)”, que recompensa os melhores projetos financiados anualmente ao abrigo da política de coesão. Os beneficiários de todos os projetos financiados pela política de coesão são incentivados a apresentar as suas candidaturas em seis categorias temáticas: uma Europa competitiva e inteligente; uma Europa verde; uma Europa conectada; uma Europa social e inclusiva; uma Europa mais próxima dos cidadãos; e o tema do ano ([Ano Europeu das Competências 2023](#)).

O concurso estará aberto até 31 de maio de 2023 e o público terá a oportunidade de votar no seu finalista favorito para o «Prémio da Escolha Pública». Os vencedores serão selecionados por um júri independente de peritos de alto nível. Os prémios serão anunciados durante a cerimónia REGIOSTARS em Ostrava, República Checa, a 16 de novembro de 2023. Todas as informações sobre o concurso estão disponíveis [aqui](#).



Novos convites à manifestação de interesse para testar novas tecnologias em órbita

A Comissão Europeia publicou novos convites à manifestação de interesse para reunir experiências de [Demonstração e Validação em órbita \(IOD/IOV\)](#) para o período 2023-2026. O serviço de Demonstração e Validação em Órbita (IOD/IOV) permite que novas tecnologias sejam testadas em órbita, fornecendo agregação, serviços de lançamento e operações. Esta iniciativa dará um grande impulso às empresas em fase de arranque na UE e acelerará o seu tempo de comercialização.

Os convites à [manifestação de interesse estão abertos até 15 de março de 2026](#), e preveem várias datas-limite para a aplicação. As entidades interessadas são convidadas a **apresentar a sua candidatura até 31 de maio de 2023, 18:00 CEST** - data de encerramento do primeiro período de candidatura. Como novidade, dois convites paralelos à manifestação de interesse estão abertos para reunir tecnologias e/ou componentes que necessitem de agregação, bem como satélites prontos a voar. Esta última chamada é emitida em conjunto com a Agência Espacial Europeia (ESA).



Quinta Conferência Anual sobre o Controle Regulamentar na UE

O objetivo desta conferência [passa](#) por reunir diferentes partes interessadas - representantes de instituições da UE, bem como administrações públicas nacionais e setor não governamental - para refletir sobre o trabalho de escrutínio regulatório na Comissão Europeia.



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Neste único dia de Plenária, os eurodeputados, reunidos em Bruxelas, irão [debater e votar](#) um conjunto de documentos, como, por exemplo: a proposta de regulamento relativa às Indicações geográficas da União Europeia para o vinho, as bebidas espirituosas e os produtos agrícolas; o assédio sexual na UE e avaliação do movimento #MeToo; o dever de diligência das

empresas em matéria de sustentabilidade; a ingerência estrangeira em processos democráticos e integridade eleitoral; ou a Estratégia da UE em prol da Sustentabilidade e Circularidade dos Têxteis.

Até 1 de junho



Avaliação relativa às regras da UE relativas aos artigos de pirotecnia

Os artigos de pirotecnia têm várias utilizações, mas são conhecidos sobretudo pelo seu papel na criação de fogos de artifício. As regras da UE (Diretiva 2013/29/UE e Diretiva de Execução 2014/58/UE) relativas à sua utilização aplicam-se aos fogos de artifício destinados ao mercado de consumo e a todos os outros artigos de pirotecnia. A diretiva visa garantir um elevado nível de proteção da saúde e da segurança humanas, e garantir o funcionamento eficaz do mercado único da UE para os artigos de pirotecnia. A presente [iniciativa](#) avaliará se as atuais regras relativas aos artigos de pirotecnia continuam a cumprir estes objetivos. O convite à apresentação de comentário encerra a 1 de junho.



Avaliação do Plano de Ação da UE contra o Racismo (execução)

Em setembro de 2020, a Comissão Europeia adotou um plano de ação da UE contra o racismo para 2020-2025 com vista a reforçar a ação contra o racismo na UE. O plano estabelece medidas que abrangem uma vasta gama de domínios de intervenção. Incentiva os países da UE a adotarem planos de ação nacionais até ao final de 2022, em estreita cooperação com a sociedade civil.

Esta iniciativa avaliará os progressos realizados na execução do Plano de Ação da UE contra o Racismo para 2020-2025 e dos planos de ação nacionais contra o racismo. Carregamento de comentários [aqui](#).



Jornada informativa sobre o convite à apresentação de propostas LIFE 2023 - Transição energética limpa

No dia 1 de junho de 2023, a CINEA realizará uma [sessão especial de informação](#) sobre o convite à apresentação de propostas LIFE 2023 - Transição energética limpa. Esta sessão incluirá orientações gerais para potenciais candidatos e sessões dedicadas aos 13 tópicos de financiamento. As gravações destas sessões estarão disponíveis para as partes interessadas no sítio *Web* do CINEA pouco tempo depois.

Até 5 de junho



Auxílios Estatais: Comissão Europeia procura reações à proposta de prorrogação das regras relativas aos aeroportos regionais

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#), convidando todas as partes interessadas a pronunciarem-se sobre o seu projeto de proposta de prorrogação da aplicação das [Orientações de 2014 relativas aos auxílios estatais aos aeroportos e companhias aéreas](#). As Orientações permitem que os Estados-Membros concedam, em determinadas condições, auxílios aos aeroportos regionais com menos de 3 milhões de passageiros por ano, com o objetivo de cobrir os custos. As orientações estabelecem um período de transição de dez anos durante o qual esses auxílios podem ser declarados compatíveis com o mercado interno. O período de transição termina a 4 de abril de 2024.

Tendo em conta estas circunstâncias excecionais, a Comissão tenciona prolongar o período transitório durante o qual os Estados-Membros podem conceder auxílios para cobrir os custos de funcionamento dos aeroportos regionais. Em junho de 2022, a Comissão lançou um convite à [apresentação de provas](#) sobre esta proposta de revisão no Portal Legislar Melhor: foram recebidas 28 contribuições das partes interessadas entre 23 de junho e 21 de julho de 2022. A Comissão propõe agora prolongar o período de transição por três anos (ou seja, até 4 de abril de 2027), sem quaisquer outras alterações às Orientações.

6 de junho



A solidão na União Europeia: Políticas em ação

No dia 6 de junho de 2023, a Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão da Comissão Europeia vai organizar uma conferência de alto nível em Bruxelas. A conferência marcará a conclusão do projeto-piloto do Parlamento Europeu sobre a solidão, realizado em conjunto com o Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia. Serão apresentados e discutidos os resultados do primeiro inquérito sobre a solidão a nível da UE.

O evento reunirá responsáveis políticos nacionais e da UE, académicos de topo de diferentes disciplinas que trabalham sobre a solidão, organizações internacionais e profissionais que trabalham em intervenções, para promover o diálogo e chamar a atenção para um tema de relevância social. O [evento](#) poderá ser acompanhado remotamente.

6 e 7 de junho



Semana Verde da UE – Edição de 2023

Participe na [conferência](#) de 6 a 7 de junho para se inteirar das políticas ambientais da UE, e em particular sobre biodiversidade, economia circular, e poluição zero. É uma oportunidade para celebrar os progressos já alcançados, inspirando ao mesmo tempo indivíduos, comunidades e organizações a adotar novas medidas para proteger e restaurar o nosso ambiente para as gerações presentes e futuras.

Ao longo da semana, realizar-se-ão em toda a Europa e nos países terceiros eventos organizados por escolas, universidades, associações empresariais, organizações ambientais e agências governamentais. Procurar-se-á sensibilizar e educar as pessoas sobre a importância de proteger o ambiente e promover práticas de vida sustentáveis, através de oficinas educativas, seminários, e de projetos amigos do ambiente, que irão realçar a importância das competências "verdes" - competências que capacitarão as pessoas a aderir e contribuir para a transição verde. Todos os pormenores podem ser consultados [aqui](#). Orientações [aqui](#).

Até 8 de junho



Mecanismo de Recuperação e Resiliência (2020-2024) — avaliação intercalar

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) é o principal instrumento de que a UE dispõe para atenuar o impacto económico e social da pandemia de COVID-19. A avaliação intercalar, que decorrerá a meio do período de implementação do Regulamento MRR, examinará, especificamente, a eficácia, a eficiência, a coerência e a pertinência dos progressos realizados na consecução dos seus objetivos e determinará em que medida gerou valor acrescentado para a UE. Esta iniciativa decorre de uma obrigação jurídica prevista no artigo 32.º do Regulamento MRR. O [período de contributos](#) para a consulta pública sobre esta iniciativa encerra a 8 de junho.

Até 9 de junho



Programa Europa Criativa: avaliações

Esta iniciativa inclui duas avaliações: a avaliação intercalar do programa Europa Criativa 2021-2027, que de acordo com o seu regulamento de base deve ser realizada até 31 de dezembro de 2024; a avaliação final do programa anterior que ainda não foi realizada. Estas avaliações analisarão a eficácia, a eficiência, a pertinência e a coerência dos programas e o valor acrescentado da UE. No que respeita ao programa em curso, a avaliação analisará igualmente as medidas de inclusão e de simplificação. A apresentação de comentários poderá ser feita [aqui](#).

Até 11 de junho



Prémios Europeus da Energia Sustentável 2023

Os Prémios Europeus de Energia Sustentável (Prémios EUSEW) reconhecem indivíduos e projetos de destaque pelas suas inovações e esforços no campo da eficiência energética e das energias renováveis.

A votação do público para o *EUSEW Awards 2023* já está aberta, saiba quem foi [selecionado como finalista e vote](#) em cada uma das três categorias postas a concurso.

13 de junho



Evento final: Programa de intercâmbios nas Regiões Ultraperiféricas da UE sobre a adaptação às alterações climáticas

A Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO), em parceria com a Presidência do Comité de Acompanhamento da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, encontra-se a [organizar](#) um evento final para concluir o Programa de Intercâmbios nas Regiões Ultraperiféricas da UE e nos seus países vizinhos sobre a adaptação às alterações climáticas, lançado em dezembro de 2021.

Neste evento final serão apresentados, discutidos e consolidados os resultados de quase dois anos de investigação e análise de iniciativas, boas-práticas e soluções sobre a adaptação às alterações climáticas identificadas em todas as bacias geográficas. Será uma oportunidade para refletir sobre as principais atividades, resultados e intercâmbios promovidos entre os principais atores e partes interessadas durante os nove workshops virtuais organizados na Macaronésia, Caraíbas-Amazónia e Sudoeste do Oceano Índico. Espera-se que os participantes sejam informados e inspirados pelas práticas bem-sucedidas e pelas lições aprendidas em

todas as bacias. Para além disso, pretende-se a partilhar experiências sobre os principais desafios comuns e individuais e formas coletivas para os enfrentar. Este evento de encerramento ocorrerá a 13 de junho de 2023 das 9:15 às 17:00 (GMT+1) em Las Palmas de Gran Canaria e terá um formato híbrido, permitindo aos participantes assistir fisicamente ou virtualmente.



Capital Europeia da Cultura — avaliação intercalar de 2024

A avaliação da iniciativa Capital Europeia da Cultura (CEC) resultará num documento de trabalho dos serviços da Comissão e num relatório para as outras instituições da UE. A CEC rege-se pela Decisão 445/2014/UE. Nos termos do seu artigo 16.º, a Comissão deve assegurar a realização regular de avaliações independentes dos resultados da iniciativa. Comentários [aqui](#).



Sessão de informação sobre o documento de orientação da EFSA relativo aos perigos para as abelhas da utilização de produtos fitofarmacêuticos

A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) atualizou as suas orientações respeitantes aos riscos para as abelhas melíferas, zangões e as abelhas solitárias decorrentes da utilização dos produtos fitofarmacêuticos. O [documento de orientação atualizado](#) tem em conta os conhecimentos científicos mais recentes e contém as metodologias mais atualizadas para a realização de avaliações de risco neste domínio.

A sessão de informação (em linha) sobre o documento de orientação revisto da EFSA relativo aos perigos para as abelhas da utilização de produtos fitofarmacêuticos [irá decorrer](#) no dia 13 de junho. Inscrições até ao dia 9 de junho (12h CEST).

Até 16 de junho



Produtos agrícolas – revisão das normas de comercialização da UE

As normas de comercialização dos produtos agrícolas da UE garantem um nível elevado de qualidade. Algumas das normas estão, todavia, desatualizadas podendo obstar a uma maior eficiência e sustentabilidade do sistema alimentar.

Esta iniciativa visa atualizar estas normas de modo a: incentivar a oferta de produtos mais sustentáveis aos consumidores; simplificar a legislação em vigor, constituída por vários instrumentos jurídicos; alinhar as normas da UE com os requisitos previstos no Tratado de Lisboa. Carregamento de comentários [aqui](#).

20 a 22 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2023

O tema desta edição será "Acelerar a transição para energias limpas - faturas menores e maiores competências". A semana europeia é o maior evento anual dedicado às energias renováveis e à utilização eficiente da energia na Europa. Compreende uma série de atividades destinadas a construir um futuro energético seguro para a Europa. Inscrição e restantes informações [aqui](#).

Até 23 de junho



Consulta pública sobre a meta climática da UE para 2040

As alterações climáticas continuam a ser o desafio decisivo das próximas décadas. Esta comunicação dá início a um processo destinado a estabelecer uma meta climática para 2040 que coloque a UE firmemente na via da neutralidade climática até 2050. Será acompanhada por uma avaliação de impacto aprofundada, que servirá de base a um projeto de lei que estabelece o objetivo para 2040. O carregamento das contribuições pode ser feito [aqui](#).

26 e 27 de junho



EuroPCom 2023

A EuroPCom, a [Conferência Europeia de Comunicação Pública](#), é o maior encontro anual de peritos no domínio da comunicação pública na União e é organizada conjuntamente pelas instituições da UE. A 14.ª Conferência EuroPCom realiza-se a 26 e 27 de junho de 2023 em Bruxelas e em linha.

Com as próximas eleições europeias a apenas um ano de distância, a EuroPCom deste ano tem como tema a democracia. Sob o lema "Comunicar a Democracia - Comunicar a Europa", os especialistas em comunicação a nível local, regional, nacional e europeu partilharão as suas melhores práticas no que respeita a estratégias de comunicação bem-sucedidas e debaterão a forma

de conseguir a participação dos eleitores. Analisarão também a forma como a desinformação está a afetar a democracia e como as soluções de dados abertos podem capacitar os cidadãos, entre muitas outras questões de atualidade!

Até 28 de junho



Consulta pública: digitalização dos documentos de viagem a fim de facilitar as viagens

Os documentos de viagem digitais podem ser mais fáceis de emitir do que os documentos físicos. Podem também facilitar os controlos nas fronteiras e, em última análise, o fluxo de viagens internacionais. Tal como anunciado na estratégia relativa ao espaço Schengen adotada em 2021, esta iniciativa visa decidir sobre um formato comum para os documentos de viagem digitais com vista a facilitar as viagens. Comentários [aqui](#).

Até 30 junho



Comissão Europeia convida Estados-Membros a acolherem as infraestruturas terrestres GOVSATCOM e IRIS²

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à manifestação de interesses, convidando os Estados-Membros a acolherem as infraestruturas terrestres GOVSATCOM e [IRIS²](#) para a prestação de serviços a utilizadores autorizados pelo governo, prosseguindo as atividades de implementação relacionadas com a IRIS², a infraestrutura para a resiliência, a interconetividade e a segurança por satélite.

Os Estados-Membros que pretendam fornecer sítios de alojamento e serviços de alojamento associados para os *hubs* GOVSATCOM ou os centros de controlo IRIS² são convidados a apresentar propostas até 30 de junho de 2023. Serão selecionados um sítio principal e um sítio de recurso para o GOVSATCOM e o IRIS², com uma transferência prevista dos sítios para a Comissão o mais tardar no 1.º trimestre de 2024 e no 1.º trimestre de 2025, respetivamente. Os sítios de acolhimento e os serviços associados devem ser disponibilizados para um período de vida operacional de, pelo menos, 25 anos.

Até 3 de julho



Propriedade intelectual — novo quadro para patentes essenciais a uma norma

Uma patente que protege uma tecnologia essencial a uma norma denomina-se «patente essencial a uma norma» (PEN). Os titulares de patentes comprometem-se a licenciar as suas PEN aos utilizadores da norma em termos e condições justos, razoáveis e não discriminatórios. No entanto, alguns utilizadores consideraram que o sistema de licenciamento das PEN não é transparente, nem previsível, nem eficiente. Esta iniciativa tem por objetivo criar um quadro de licenciamento justo e equilibrado e poderá combinar medidas legislativas e não legislativas. Comentários [aqui](#).



Revisão da legislação geral da UE em matéria de produtos farmacêuticos

No âmbito da estratégia farmacêutica da UE, e à luz dos ensinamentos retirados da pandemia de COVID-19, a Comissão tenciona avaliar e rever a legislação geral da UE em matéria de medicamentos para uso humano, a fim de assegurar um quadro regulamentar em matéria de produtos farmacêuticos que possa resistir a crises vindouras e que seja duradouro. Carregamento de comentários [nesta plataforma](#).



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos. O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Os contributos podem ser submetidos [aqui](#).

Até 7 de julho



Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia (MPCU) – avaliação

O MPCU foi criado com o objetivo de melhorar os sistemas de prevenção, preparação e resposta a catástrofes naturais e de origem humana de todos os tipos, tanto dentro como fora da UE. A presente iniciativa consiste em avaliar o MPCU, tal como

previsto na Decisão 1313/2013/UE, que estipula que a Comissão Europeia deve avaliar a sua execução até 31 de dezembro de 2023. As repostas a esta [consulta pública](#) podem ser carregadas até ao dia 7 de julho.

Até 10 de julho



Política de coesão da UE: oportunidades de formação para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à apresentação de propostas para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas no contexto da 7.ª edição do “Youth4Regions”. Em outubro de 2023, serão selecionados 37 estudantes de jornalismo e jovens jornalistas para viajar para Bruxelas durante uma semana, para formação, tutoria e trabalho com jornalistas experientes na sala de imprensa, bem como para visitar as instituições da UE e os meios de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (vídeo geral, fotojornalístico e jornalístico) dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países candidatos. O programa “Youth4Regions” é o programa da Comissão que ajuda os estudantes de jornalismo e os jovens jornalistas a descobrir o que a UE está a fazer na sua região. Desde o seu lançamento, em 2017, mais de 170 pessoas de toda a Europa seguiram o programa. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis [na página Web do programa](#) até 10 de julho.

17 de julho



Combater a pobreza energética para uma transição justa

O Comité Económico e Social Europeu organiza, em Bruxelas, a terceira edição da sua [conferência sobre a pobreza energética](#). Esta iniciativa surge na sequência das conferências do CESE de 2021 e 2022 sobre este importante tema. A conferência, organizada sob os auspícios da Presidência espanhola do Conselho da UE, centrar-se-á na forma de combater a pobreza energética num contexto de crise energética sem precedentes, agravada pela guerra na Ucrânia, que agravou a situação dos cidadãos vulneráveis em risco de pobreza energética.

A conferência pretende analisar as medidas atuais e fazer o balanço das recomendações das conferências anteriores, com o objetivo de desenvolver recomendações para o futuro. Pretende igualmente contribuir para o reforço do diálogo e da cooperação entre as organizações da sociedade e os diferentes níveis de governação.

Até 22 de julho



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos.

O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Comentários sobre a proposta de diretiva [aqui](#).

Até 31 de julho



Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia — convite à apresentação de candidaturas

O Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia. O Prémio recompensa anualmente o jornalismo de excelência que promova ou defenda os princípios e valores fundamentais da União Europeia, tais como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos.

O Prémio está aberto a jornalistas profissionais e equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que devem submeter peças aprofundadas que tenham sido publicadas ou transmitidas por meios de comunicação social sediados num dos 27 Estados-Membros da União Europeia. O objetivo é apoiar e destacar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da liberdade e da igualdade. Os jornalistas podem submeter os seus trabalhos através do [site](#) até 31 de julho de 2023, às 12h00 (hora de Bruxelas).



Produtos químicos perigosos — Proibição da produção para exportação de produtos químicos proibidos na União Europeia

A iniciativa legislativa visa introduzir um mecanismo de proibição da produção e/ou exportação de determinados produtos químicos perigosos que estão proibidos na UE, a fim de proteger os países terceiros dos efeitos negativos desses produtos na saúde humana e no ambiente. A iniciativa alinhará ainda as políticas interna e externa da União Europeia e melhorará a posição internacional da UE, reforçando a credibilidade das ações por esta empreendidas e dando cumprimento a um compromisso que a UE assumiu na sua Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos. A consulta pública será encerrada a 31 de julho. Carregamento de contributos [aqui](#).

Até 2 de agosto



Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — avaliação intercalar

A Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 visa: incentivar os jovens a participar na vida democrática; apoiar a participação social e cívica; garantir que todos os jovens dispõem dos recursos de que necessitam para desempenhar um papel ativo na sociedade. O objetivo desta iniciativa é avaliar a eficácia e o desempenho globais, a eficiência, a pertinência, a coerência e o valor acrescentado europeu da estratégia. Esta avaliação servirá de base para a revisão intercalar da estratégia pelo Conselho da UE. Contributos podem ser carregados [aqui](#).

Até 4 de agosto



Consulta pública sobre o balanço de qualidade da aplicação do princípio do poluidor-pagador ao ambiente

O princípio do poluidor-pagador [deve](#) ser aplicado nas políticas ambientais da UE, tal como estabelecido no artigo 191.º, n.º 2, da versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O princípio do poluidor-pagador exige que os poluidores paguem as medidas que tomam para pôr termo à poluição e pela poluição que provocam. A aplicação do princípio constitui um incentivo para evitar danos ambientais na fonte e responsabiliza os poluidores.

O objetivo da presente consulta pública é recolher os pontos de vista das partes interessadas — juntamente com quaisquer elementos que possam fornecer — sobre a aplicação do princípio do poluidor-pagador na UE, o que está a funcionar bem e não tão bem e o valor acrescentado da UE na sua aplicação. Respostas [aqui](#).

Até 13 de setembro



Bolsas de pós-doutoramento MSCA: mais de 260 milhões de euros para investigadores individuais

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas para 2023 [bolsas de pós-doutoramento](#) no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA). Com um orçamento de 260,5 milhões de EUR, estas subvenções reforçarão o potencial criativo e inovador dos investigadores titulares de um doutoramento que pretendam adquirir novas competências através de formação avançada e mobilidade internacional, interdisciplinar e intersectorial.

O convite permitirá igualmente a organizações de todo o mundo atrair investigadores talentosos, incluindo universidades de topo, centros de investigação, organizações públicas e privadas e médias empresas. O convite à apresentação de propostas terminará em 13 de setembro de 2023 e deverá financiar mais de 1,2 mil projetos.

Até 19 de setembro



Terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala no âmbito do Fundo de Inovação

A Comissão Europeia lançou o [terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala](#) no âmbito do [Fundo de Inovação](#), um dos maiores programas de financiamento a nível mundial para a implantação de tecnologias hipocarbónicas inovadoras.

O novo convite à apresentação de projetos disponibilizará 100 milhões de euros em subvenções a favor de projetos de pequena escala com uma despesa de capital situada entre 2,5 e 7,5 milhões de euros nos domínios das energias renováveis, da descarbonização das indústrias com utilização intensiva de energia, do armazenamento de energia e da captura, utilização e armazenamento de carbono.

Até 26 de setembro



Programa Europa Digital – 122 milhões de euros em tecnologias e competências digitais

Dos 122 milhões de euros, 31 milhões apoiarão projetos no domínio dos dados, com investimentos no projeto [Genoma Europa](#) para a criação duma base de dados europeia de referência sobre o genoma, que promoverá avanços radicais na

investigação, inovação, prevenção de doenças e prestação de cuidados de saúde. 25 milhões de euros serão dedicados às infraestruturas e serviços de computação periférica e em nuvem da próxima geração. 18 milhões serão dedicados à inteligência artificial e 16 milhões à promoção de competências digitais avançadas. O prazo para a apresentação de candidaturas é 26 de setembro de 2023 e as informações relativas às candidaturas estão [disponíveis em linha](#). Outros convites à apresentação de propostas no âmbito do programa de trabalho para 2023-2024 serão publicados no final de maio e ao longo do corrente ano. O programa de trabalho para 2023-2024 dispõe de um orçamento total de 909,5 milhões de euros, dos quais 392 milhões serão afetados a ações em 2023

Até 17 de outubro



Comissão lança convites à apresentação de propostas no valor de 122 milhões de euros para colmatar as lacunas de inovação na UE e reforçar os ecossistemas de inovação

A Comissão Europeia [disponibilizou](#) 122 milhões de euros no âmbito da iniciativa [Ecossistemas Europeus de Inovação](#) do programa Horizonte Europa e do [Instrumento de Investimento Inter-regional para a Inovação](#) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Estes convites à apresentação de propostas têm por objetivo reforçar e fazer progredir os ecossistemas europeus de inovação, ligando todos os territórios da UE para dar resposta aos desafios sociais e promover uma coesão mais forte. Contribuem igualmente para uma iniciativa fundamental da "Nova Agenda Europeia da Inovação", que tem por objetivo promover "[vales de inovação regionais](#)" interligados em toda a UE. As candidaturas estão abertas [aqui](#) até 17 de outubro de 2023. Para mais informações, clique [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova um regime polaco de mil milhões de euros para apoiar os produtores agrícolas no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime polaco no valor de cerca de mil milhões de euros (4,7 mil milhões de zlotis) para apoiar a liquidez dos produtores agrícolas no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia. O regime foi aprovado ao abrigo do Quadro Temporário de Crise e de Transição, adotado pela Comissão Europeia a 9 de março de 2023 para apoiar medidas em setores essenciais para acelerar a transição ecológica e reduzir a dependência dos combustíveis. O novo quadro altera e prorroga parcialmente o Quadro Temporário de Crise, adotado a 23 de março de 2022 para permitir aos Estados-Membros apoiar a economia no contexto da atual crise geopolítica.

Ao abrigo desta medida, o auxílio consistirá em montantes limitados de auxílio sob a forma de subvenções diretas. O objetivo da medida é apoiar os produtores agrícolas que enfrentam atualmente uma escassez de liquidez devido ao aumento do custo dos fertilizantes minerais e à falta de estabilidade no mercado agrícola causada pela atual crise. A Comissão considerou que o regime polaco está em conformidade com as condições estabelecidas no Quadro Temporário. Em especial, o auxílio (i) não excederá 250 mil euros por beneficiário; e (ii) será concedido até 31 de dezembro de 2023.

A Comissão concluiu que o regime polaco é necessário, adequado e proporcionado para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE e com as condições estabelecidas no Quadro Temporário. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.107307 no [registo dos auxílios](#)

[estatais no sítio Web](#) da Comissão dedicado à concorrência, logo que tenham sido resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.

Número de colmeias na UE: a espinha dorsal da agricultura

A 5 de abril de 2023, a Comissão Europeia [respondeu](#) à Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) "Salvem as abelhas e os agricultores!", declarando que a prioridade é garantir que as propostas atualmente em negociação sobre a utilização sustentável dos pesticidas e em relação à restauração da natureza sejam adotadas e aplicadas em tempo útil. Reconheceu a importância dos polinizadores na agricultura como um meio crucial para garantir a segurança alimentar da UE e para combater a perda de biodiversidade. À luz do Dia Mundial da Abelha (20 de maio), o *Eurostat* analisou o número de colmeias nas explorações agrícolas da UE.

Em 2020, existiam 8,1 milhões de colmeias nas explorações agrícolas da UE. Esta não é mais do que uma imagem parcial de todas as colmeias na UE, porque o Recenseamento Agrícola apenas regista as colmeias nas explorações agrícolas (em alguns países, como a Alemanha, as colmeias não são consideradas parte das explorações agrícolas). A nível nacional, a Roménia tinha 1,5 milhões de colmeias nas explorações, mais do que qualquer outro país da UE. A Itália e a Grécia tinham, cada uma, mais 1 milhão de colmeias nas explorações, seguindo-se a Espanha (0,9 milhões de colmeias), a Bulgária (0,9 milhões) e Portugal (0,7 milhões). As abelhas são mantidas em toda a UE; polinizam uma vasta gama de culturas que são cultivadas em climas mais quentes e mais frios. Conseguem sobreviver aos climas mais frios passando o Inverno nas suas colmeias, gastando as reservas de mel.

O número mais elevado de colmeias nas explorações agrícolas de uma região foi registado na região espanhola da Estremadura (300 220), seguida da região portuguesa do Norte (257 040). A região romena de Nord-Vest (250 510) registou o terceiro maior número de colmeias.



Ambiente

Pacto Ecológico Europeu: UE e República da Coreia lançam uma Parceria Verde para aprofundar a cooperação em matéria de ação climática, energia limpa e proteção do ambiente

A UE e a República da Coreia [estabeleceram](#) uma Parceria Verde com o objetivo de reforçar a cooperação bilateral e o intercâmbio de boas práticas em matéria de ação climática, transição energética limpa e justa, proteção do ambiente e outros domínios da transição ecológica. A Parceria Verde foi lançada em Seul durante a Cimeira UE-Coreia pela presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e pelo presidente coreano, Yoon Suk Yeol. Ambas as partes reafirmam com esta Parceria o seu compromisso de manter o aumento da temperatura mundial abaixo dos 1,5 °C e alcançar a neutralidade climática até 2050 o mais tardar. Além disso, ambas as partes reiteraram o seu compromisso em relação às respetivas metas para 2030 em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

A presidente da Comissão Europeia declarou: «A UE e a República da Coreia partilham a ambição de um futuro climaticamente neutro. O lançamento da nossa Parceria Verde ajudar-nos-á a alcançar esse objetivo. Vamos agora trabalhar na convergência em setores fundamentais e aprofundar a cooperação em projetos estratégicos no domínio das energias limpas. Isso é positivo para as nossas cadeias de abastecimento e para a nossa competitividade e é bom para o planeta.»

As Parcerias Verdes são criadas sob a forma de quadros bilaterais com o objetivo de reforçar o diálogo e a cooperação com os principais parceiros da UE. Trata-se de uma forma abrangente de compromisso bilateral estabelecida no âmbito do [Pacto Ecológico Europeu](#). A [primeira Parceria Verde](#) foi estabelecida com Marrocos antes da COP 27, em outubro de 2022.

Regulamento Conceção Ecológica: Conselho adota posição

O Conselho [adotou](#) a sua posição ("orientação geral") sobre a proposta de regulamento que estabelece um quadro para definir os requisitos de conceção ecológica dos produtos sustentáveis. O novo regulamento substituirá a diretiva de 2009 em vigor e alargará o âmbito de aplicação a fim de definir requisitos de sustentabilidade ambiental para quase todos os tipos de produtos colocados no mercado da UE. Cria um passaporte digital dos produtos e fixa regras em matéria de transparência e proibição da destruição de bens de consumo não vendidos.

A posição do Conselho melhora o quadro que habilita a Comissão a definir requisitos de conceção ecológica e reforça a ambição do regulamento graças à proibição direta da destruição de têxteis não vendidos (com uma isenção para as pequenas e microempresas e um período de transição para as médias empresas). Exclui os veículos a motor do âmbito de aplicação do regulamento e dá às empresas um prazo mínimo para se adaptarem aos novos requisitos da Comissão.

O regulamento relativo à conceção ecológica será aplicável a praticamente todas as categorias de produtos. Estabelece um quadro harmonizado para a fixação de requisitos para grupos de produtos específicos, a fim de os tornar eficientes em termos energéticos e de recursos (como foi o caso da diretiva de 2009 em vigor), mas mais duradouros, fiáveis, reutilizáveis, atualizáveis, reparáveis, recicláveis e mais fáceis de manter. A Comissão pode propor novos requisitos por meio de atos delegados sempre que novos tipos de produtos ou tecnologias o exigirem.

O regulamento visa igualmente facilitar a circulação desses produtos no mercado único. Um novo "passaporte digital de produtos", que fornecerá informações sobre a sustentabilidade ambiental dos produtos, ajudará, por um lado, os consumidores e as empresas a fazerem escolhas informadas aquando da compra de produtos e, por outro, as autoridades públicas a realizar melhores inspeções

e controlos. A proposta estabelece igualmente disposições em matéria de transparência e prevenção da destruição de produtos de consumo não vendidos, bem como de contratos públicos ecológicos.

Relatório do Eurostat apresenta o progresso da UE em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Eurostat, o Serviço de Estatística da União Europeia, [publicou](#) o «[Desenvolvimento sustentável na União Europeia — Relatório de acompanhamento sobre os progressos realizados na consecução dos ODS no contexto da UE, edição de 2023](#)», que apresenta uma panorâmica estatística dos progressos na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na UE. O relatório é publicado juntamente com o pacote da primavera do Semestre Europeu, a fim de aumentar a sua relevância para as políticas e cumprir desta forma o compromisso assumido por esta Comissão de integrar os ODS no Semestre Europeu, uma tarefa confiada ao Comissário Gentiloni.

O relatório mostra que a UE realizou progressos na consecução da maioria dos objetivos nos últimos cinco anos, em consonância com as prioridades da Comissão em domínios de intervenção fundamentais como o [Pacto Ecológico Europeu](#), o [Oitavo Programa de Ação em matéria de Ambiente](#) e o [Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#). Os dados indicam que a UE realizou grandes progressos na consecução de muitos dos objetivos socioeconómicos; contudo, no domínio ambiental, esperam-se ainda mais desenvolvimentos à medida que os Estados-Membros forem aplicando os ambiciosos objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

O relatório analisou pela primeira vez o impacto a curto prazo das crises atuais nos ODS, incluindo a crise energética no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia e as consequências da pandemia. O relatório contém também um capítulo com uma análise melhorada das repercussões do consumo da UE para o resto do mundo.

Poluição: Parlamento Europeu apoia regras mais rigorosas para reduzir as emissões industriais

Na quarta-feira, a Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição sobre as regras da UE para reduzir ainda mais a poluição e orientar as grandes instalações agroindustriais para a transição verde. A Diretiva relativa às Emissões Industriais (DEI) estabelece regras sobre a prevenção e o controlo da poluição das emissões das grandes instalações agroindustriais para o ar, água e solo. Faz parte da transformação ecológica e circular da indústria da UE, trazendo benefícios significativos para a saúde e o ambiente dos cidadãos.

As instalações abrangidas pelas regras só podem funcionar se obtiverem uma licença, concedida pelas autoridades nacionais, exceto no caso de algumas explorações agrícolas que apenas são obrigadas a registar-se. Para melhor prevenir e controlar a poluição, a DEI revista exige que as autoridades nacionais reduzam ainda mais os valores-limite de emissão de poluentes, com base nas chamadas "melhores técnicas disponíveis" (MTD), aquando da revisão das licenças ou do estabelecimento de novas condições de licenciamento.

Os eurodeputados apoiaram a proposta da Comissão Europeia de alargar o âmbito de aplicação da DEI às instalações da indústria extrativa (minas), às grandes instalações de fabrico de baterias (com exceção das instalações que montam exclusivamente módulos e conjuntos de baterias) e à criação de gado em grande escala, bem como a mais explorações de suínos e aves de capoeira.

Transferências de resíduos: Conselho pronto para iniciar conversações com o Parlamento

O Conselho [adotou](#) o seu mandato de negociação para iniciar conversações com o Parlamento Europeu sobre uma proposta de atualização da legislação da UE relativa às transferências transfronteiriças de resíduos. O objetivo é garantir que as transferências internacionais de resíduos não constituam uma ameaça para a saúde humana e o ambiente e promover a utilização dos resíduos como um recurso numa economia circular.

O Conselho introduziu várias clarificações e alterações. Em particular, acrescentou uma meta para alcançar a "neutralidade climática" aos objetivos da diretiva. Também alinou uma série de definições, por exemplo, "transferência", "transferência ilícita", "notificador", "itinerário", em todo o texto e tornou-as coerentes com outros atos legislativos.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

NextGenerationEU: Portugal apresenta pedido de revisão do Plano de Recuperação e Resiliência e acrescenta capítulo REPowerEU

Portugal [apresentou](#) à Comissão Europeia um pedido de alteração do seu Plano de Recuperação e Resiliência, ao qual pretende também acrescentar um capítulo *REPowerEU*. O capítulo *REPowerEU* proposto por Portugal inclui 6 reformas e 18 investimentos, centrados na eficiência energética dos edifícios, nas energias renováveis e no biogás, nos transportes sustentáveis, na rede elétrica e na indústria verde, ou seja, no apoio à produção de tecnologias climáticas, como turbinas eólicas, painéis fotovoltaicos e bombas de calor.

Para além disso, [Portugal](#) propõe também a inclusão de 31 novos investimentos ou reforçados e 5 novas reformas. Estas dizem respeito à simplificação dos sistemas de benefícios fiscais e de prestações sociais, aos incentivos à economia circular e ao reforço do acesso digital aos serviços públicos. O pedido de Portugal para alterar o seu plano baseia-se na necessidade de ter em conta os efeitos das perturbações na cadeia de abastecimento e a inflação muito elevada registada em 2022. Segue-se também a revisão em alta da sua dotação máxima de subvenção do MRR, de 13,9 mil milhões de euros para 15,5 mil milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 1,6 mil milhões de euros. A revisão faz parte da atualização de junho de 2022 da chave de repartição das subvenções do MRR.

Portugal solicitou também 3,2 mil milhões de euros em empréstimos adicionais. As subvenções do *REPowerEU* para Portugal ascendem a 704 milhões de euros. Além disso, Portugal solicitou a transferência da totalidade da sua parte da Reserva de Ajustamento ao *Brexit*, no montante de 81 milhões de EUR, para o seu Plano de Recuperação e Resiliência. Estes fundos fazem com que o plano global alterado apresente uma ascensão de 22,2 mil milhões de euros. A Comissão Europeia tem agora até dois meses para avaliar se o plano alterado cumpre os critérios de avaliação previstos no Regulamento MRR. Se a sua avaliação for positiva, a Comissão apresentará uma proposta de alteração da decisão de execução do Conselho para refletir as alterações ao plano português. Os Estados-Membros disporão então de um prazo máximo de quatro semanas para aprovar a avaliação da Comissão.

Política de Coesão da UE: Inauguração do maior sistema de aquecimento geotérmico da UE, em Szeged, Hungria

Foi [inaugurado](#) em Szeged, no sul da Hungria, o maior sistema de aquecimento geotérmico da UE. A UE investiu 23 milhões de euros para fornecer energia limpa, renovável e acessível a mais de 28 mil agregados familiares e mais de 400 edifícios públicos da região. A rede de aquecimento de Szeged, a maior da Europa fora da Islândia, graças à UE, inclui agora 27 poços, 16 centrais de aquecimento e 250 quilómetros de condutas de distribuição. O aquecimento geotérmico é um sistema de baixas emissões que aproveita a energia térmica da terra e a converte em ar quente. Entre 2014 e 2020, a Hungria recebeu 22,5 mil milhões de euros de financiamento da política de coesão. A UE ajudou vários municípios do país a desenvolver projetos semelhantes de energia geotérmica.



Cultura

Preços dos museus, bibliotecas e jardins zoológicos sobem 4% em 2022

Em 2022, os preços dos museus, bibliotecas e jardins zoológicos na UE [aumentaram](#) +4% em comparação com 2021, contra +3% em 2021 em comparação com 2020, medidos pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC). Durante o ano pandémico de 2020, o IHPC para estes bens e serviços culturais registou um mínimo de cinco anos de +2% em comparação com o ano anterior. Antes disso, a taxa de variação anual manteve-se estável em cerca de +3%. Entretanto, a taxa de variação anual para todas as rubricas do IHPC oscilou entre +1% e +3% entre 2018 e 2021, antes de acelerar para +9% em 2022. O índice de preços para museus, bibliotecas e jardins zoológicos cresceu na UE a um ritmo muito inferior ao da inflação geral.

Em 2022, entre os países da UE, os maiores aumentos nos preços dos museus, bibliotecas e jardins zoológicos foram registados na Polónia (+18% em comparação com 2021), na Irlanda (+15%) e na Lituânia (+14%). No extremo oposto da escala, Malta foi o único país da UE a registar uma diminuição dos preços dos museus, bibliotecas e jardins zoológicos (-3% em comparação com 2021). Entretanto, o Luxemburgo e Chipre não registaram alterações, enquanto os Países Baixos, a Grécia e Portugal registaram um pequeno aumento (cada um +1%).



Defesa e Segurança

Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD): UE reforça as suas missões civis para melhorar a resposta às crises em todo o mundo

O Conselho e os seus Estados-Membros [chegaram](#) a acordo quanto a um novo Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD, um dos principais objetivos da Bússola Estratégica aprovada em março de 2022. O Pacto visa reforçar a dimensão civil da Política Comum de Segurança e Defesa e aumentar a eficácia, o impacto, a flexibilidade e a solidez das missões civis. O objetivo é possibilitar que as missões civis enfrentem de forma mais eficiente os desafios atuais, emergentes e futuros em matéria de segurança. Além disso, o Pacto permitirá à UE enfrentar de forma mais eficaz o atual contexto geopolítico, marcado pelo regresso da guerra à Europa com a guerra de agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia.

A UE está empenhada em aumentar a visibilidade política da vertente civil da PCSD, nomeadamente através de debates anuais a nível ministerial, e em sensibilizar mais para o contributo desta política para a segurança dos cidadãos europeus, das comunidades locais e dos parceiros da UE. A UE pretende ainda estar em condições de destacar 200 peritos no prazo de 30 dias sempre que necessário, inclusive para ambientes complexos.

O novo Pacto inclui compromissos concretos que visam reforçar o quartel-general para as missões civis, aumentar a resiliência dos Estados de acolhimento e das missões através de maiores sinergias com outros instrumentos da UE ao abrigo da abordagem integrada para as crises e os conflitos, promover a coordenação e cooperação com intervenientes e parceiros da JAI e outros intervenientes e parceiros relevantes da UE, bem como investir mais nas capacidades necessárias tendo em vista aumentar para 100 % a percentagem do pessoal destacado, com uma taxa de participação das mulheres de 40 %. Será estabelecido um processo de desenvolvimento de capacidades civis para avaliar as necessidades em termos de capacidades, desenvolver requisitos, realizar uma análise das lacunas e avaliar periodicamente os progressos realizados em conformidade com o novo Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD. A primeira Conferência Anual de Análise no âmbito do novo Pacto terá lugar no segundo semestre de 2023.

Moldávia: UE lança missão civil de parceria para combater as ameaças híbridas e gerir eficazmente eventuais crises

O Conselho [lançou](#) a Missão de Parceria da UE na República da Moldávia (EUPM Moldávia) no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) com objetivo de reforçar o setor da segurança no país. A missão de parceria, estabelecida a 24 de abril de 2023 a pedido das autoridades moldavas, tem por objetivo reforçar a resiliência do setor da segurança do país nos domínios da gestão de crises e das ameaças híbridas, incluindo a cibersegurança e a luta contra a manipulação da informação e a ingerência por parte de agentes estrangeiros (FIMI).

Para o efeito, a missão prestará aconselhamento a nível estratégico sobre o desenvolvimento de estratégias e políticas, e identificará as necessidades de reforço das capacidades em matéria de alerta precoce, deteção, identificação, atribuição de ameaças e resposta a ameaças híbridas. O chefe da missão recentemente nomeado pelo Comité Político e de Segurança por um mandato de 25 de abril de 2023 a 24 de abril de 2024 será Cosmin Dinescu, enquanto Stefano Tomat, diretor executivo da Capacidade Civil de Planeamento e Condução (CCPC) do SEAE, será o comandante da operação civil. A República da Moldávia é um dos países mais afetados pelas consequências da agressão da Rússia contra a Ucrânia e tem assistido a tentativas crescentes e contínuas da Rússia para desestabilizar o país por via de ações híbridas.

Cooperação na UE no domínio da defesa: Conselho congratula-se com a participação da Dinamarca na CEP e lança a 5.ª vaga de novos projetos CEP

O Conselho [adotou](#) uma decisão que confirma a participação da Dinamarca na cooperação estruturada permanente (CEP). Por conseguinte, a Dinamarca torna-se o 26.º membro da CEP. Num referendo realizado em 1 de junho de 2022, os eleitores dinamarqueses apoiaram a adesão da Dinamarca à política comum de segurança e defesa da UE, pondo termo à opção de não participação com 30 anos na cooperação da UE no domínio da defesa.

Em consequência, a Dinamarca aderiu à cooperação da UE em matéria de segurança e defesa em 1 de julho de 2022 e começou a contribuir para as missões e operações militares da PCSD da UE. Em 23 de março de 2023, notificou o Conselho e o alto representante da sua intenção de participar na CEP e da sua capacidade para cumprir os compromissos em causa. A Dinamarca também aderiu à Agência Europeia de Defesa em março de 2023. O Conselho também adotou hoje uma decisão que atualiza a lista de projetos CEP. Em consequência, serão acrescentados 11 novos projetos à lista de 46 projetos já existentes que vêm sendo desenvolvidos desde dezembro de 2017.



Economia e Mercado

Orientações políticas no âmbito do Semestre Europeu: apoiar reformas e investimentos para garantir prosperidade, competitividade, equidade e resiliência da UE

A Comissão Europeia [comunicou](#) as orientações aos Estados-Membros no âmbito do pacote da primavera de 2023 do Semestre Europeu, a fim de construir uma economia sólida e preparada para o futuro que garanta a competitividade e a prosperidade a longo prazo para todos, face a um ambiente geopolítico difícil.

Tal exige uma abordagem integrada em todos os domínios de intervenção: promoção da sustentabilidade ambiental, produtividade, equidade e estabilidade macroeconómica. O Semestre Europeu proporciona o quadro de coordenação política para esse efeito, incorporando a execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e dos programas da política de coesão. O ciclo do Semestre Europeu também proporciona informações atualizadas sobre os progressos realizados na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todos os Estados-Membros. Mais informações no [comunicado de imprensa](#), no [documento com perguntas e respostas](#) e na [conferência de imprensa](#).

União dos Mercados de Capitais: Conselho define a sua posição sobre a proposta relativa aos pagamentos imediatos

O Conselho [definiu](#) a sua posição sobre a proposta de pagamentos imediatos, que visa melhorar a disponibilidade de opções de pagamento imediato em euros para todos os titulares de uma conta bancária na UE e nos países do EEE. Os pagamentos imediatos permitem transferir dinheiro em dez segundos, também fora do horário de expediente, não só dentro do mesmo país, mas também para outro Estado-Membro da UE. De acordo com as regras propostas, os prestadores de serviços de pagamento, como os bancos que efetuam transferências bancárias normais em euros, serão igualmente obrigados a oferecer o serviço de envio e receção de pagamentos imediatos em euros. As taxas que apliquem (se for caso disso) não deverão ser mais elevadas do que as que aplicam às transferências bancárias normais.

Além disso, as novas regras aumentarão a autonomia estratégica do setor económico e financeiro europeu, uma vez que contribuirão para reduzir a eventual dependência excessiva de instituições e infraestruturas financeiras de países terceiros. Na sua posição, o Conselho especifica que as novas regras serão mais rapidamente aplicadas nos Estados-Membros que fazem parte da área do euro. Para os prestadores de serviços de pagamento localizados em Estados-Membros fora da área do euro, a implementação será faseada. Numa primeira fase, só serão obrigados a efetuar pagamentos imediatos durante as horas de expediente. Numa segunda fase, aplicar-se-ão as mesmas regras a que estarão sujeitos os prestadores de serviços de pagamento da área do euro. Pretende-se assim ir ao encontro das preocupações acerca de eventuais dificuldades enfrentadas pelos prestadores de serviços de pagamento fora da área do euro a ter acesso à liquidez em euros em períodos fora dos horários normais de expediente. O envio de pagamentos imediatos em euros a partir de contas noutras denominações só será obrigatório durante o horário de expediente para os prestadores de serviços de pagamento que também efetuem transferências normais em euros.

Esta iniciativa insere-se no contexto da conclusão da União dos Mercados de Capitais. Em março de 2021 e abril de 2022, o Conselho adotou conclusões nas quais salientava a utilização generalizada de pagamentos imediatos e recordava o objetivo de desenvolver soluções de pagamento competitivas à escala da UE baseadas no mercado. Em 26 de outubro de 2022, a Comissão apresentou uma proposta de regulamento relativo às transferências a crédito imediatas em euros. Esta proposta altera e moderniza o regulamento de 2012 Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA) relativo às transferências bancárias normais em euros, acrescentando-lhe disposições específicas para as transferências a crédito imediatas em euros.

União dos Mercados de Capitais: a Comissão propõe novas regras para proteger e capacitar os pequenos investidores na UE

A Comissão Europeia [adotou](#) um pacote para os investimentos de retalho que coloca os interesses dos consumidores no centro do investimento de retalho. O objetivo é capacitar os pequenos investidores (ou seja, os investidores «consumidores») para tomarem decisões de investimento que estejam em consonância com as suas necessidades e preferências, assegurando que são tratados de forma justa e devidamente protegidos. Tal reforçará a confiança dos pequenos investidores para investirem de forma segura no seu futuro e tirarem pleno partido da União dos Mercados de Capitais da UE.

Um dos três principais objetivos da Comissão no [Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais de 2020](#) era tornar a UE um lugar ainda mais seguro para os cidadãos investirem a longo prazo. O pacote hoje apresentado visa alcançar esse objetivo e incentivar a participação nos mercados de capitais da UE, que tem sido tradicionalmente inferior à de outras jurisdições, como os Estados Unidos, apesar de os europeus terem taxas de poupança muito elevadas. Impulsionar a União dos Mercados de Capitais é também um meio essencial para canalizar o financiamento privado para a nossa economia e para financiar as transições ecológica e digital.

Ucrânia: Conselho adota renovação da liberalização temporária do comércio e outras concessões comerciais

O Conselho [adotou](#) um regulamento que renova a suspensão de todos os direitos aduaneiros, contingentes e medidas de defesa comercial sobre as exportações ucranianas para a UE por mais um ano, até junho de 2024. Ao renovar estas medidas, a UE continua a demonstrar o seu apoio político e económico inabalável à Ucrânia, que continua a enfrentar a agressão militar não provocada e injustificada da Rússia. As medidas ajudarão a Ucrânia a manter a estabilidade das suas relações comerciais com a UE e a manter a sua economia a funcionar em circunstâncias muito difíceis.



Abandono escolar precoce: 10% em 2022

A percentagem de "abandono escolar precoce" (jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos que abandonam precocemente o ensino e a formação) tem vindo a [diminuir](#) de forma constante na UE nos últimos 10 anos, passando de 13% em 2012 para 10% em 2022. Mas ainda há algum caminho a percorrer para atingir o objetivo de reduzir as taxas de abandono escolar precoce a nível da UE para menos de 9% até 2030.

Os dados demonstram que, em 2022, mais homens jovens abandonaram o ensino e a formação precocemente do que as mulheres, 11% dos homens contra 8% das mulheres. A percentagem de homens diminuiu de quase 15% em 2012 para 11% em 2022. Relativamente às mulheres jovens, a percentagem diminuiu de quase 11% em 2012 para 8% em 2022. Em comparação com 2012, dois terços de todos os Estados-Membros comunicaram uma menor percentagem de abandono precoce em 2022, exceto a Chéquia, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Luxemburgo, Hungria, Áustria, Eslováquia e Suécia, que comunicaram pequenos aumentos (o mais elevado é de cerca de +2 pp). A percentagem mais baixa de abandono escolar precoce registou-se na Croácia; a mais elevada na Roménia e em Espanha.

Em 2022, os Estados-Membros que comunicaram as percentagens mais baixas de abandono precoce da educação e formação foram a Croácia (2%), a Irlanda, a Eslovénia e a Grécia (4% cada), a Polónia e a Lituânia (5% cada). Em contrapartida, as percentagens mais elevadas foram registadas na Roménia (16%), Espanha (14%), Hungria, Alemanha e Itália (12% cada). Dezoito países da UE já atingiram o objetivo a nível da UE para 2030 relativamente a este indicador: Bélgica, Chéquia, Irlanda, Grécia, França, Croácia, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia.

Conselho apela a um acesso transparente, equitativo e aberto às publicações académicas

O Conselho [adotou](#) as [conclusões](#) sobre a publicação académica de elevada qualidade, transparente, aberta, fidedigna e equitativa, nas quais apela ao livre acesso imediato e sem restrições às publicações de investigação que envolvam financiamento público. Os artigos científicos e outras formas de publicação académica continuam a ser o principal meio de divulgação dos resultados da investigação e das descobertas científicas. No entanto, os artigos estão longe de estar, na sua totalidade, à disposição de outros investigadores ou outros leitores interessados. Os custos dos conteúdos pagos para aceder a artigos e para os publicar estão a tornar-se insustentáveis e os canais de publicação para os investigadores estão frequentemente nas mãos de empresas privadas, que, muitas vezes, controlam a propriedade intelectual dos artigos. A avaliação dos artigos entre pares é essencial para assegurar o controlo de qualidade dos artigos, mas esse processo traz consigo desafios como o aumento do número de artigos entregues para publicação e a fadiga dos avaliadores. As práticas de publicação predatórias e questionáveis são também um problema.

Nas suas conclusões, o Conselho insta a Comissão e os Estados-Membros a apoiarem políticas para um modelo de publicação académica de acesso aberto, em vários formatos e sem fins lucrativos, sem custos para os autores ou leitores. Alguns Estados-Membros introduziram direitos de publicação secundária na sua legislação nacional em matéria de direitos de autor, permitindo o livre acesso a publicações académicas que envolvam financiamento público. O Conselho incentiva as políticas e orientações nacionais em matéria de livre acesso, a fim de tornar as publicações académicas imediatamente acessíveis ao abrigo de licenças abertas. As conclusões reconhecem a evolução positiva em termos de acompanhamento dos progressos, nomeadamente no âmbito da Nuvem Europeia para a Ciência Aberta (EOSC), e sugerem a inclusão do acompanhamento da ciência aberta no mecanismo de acompanhamento do Espaço Europeu da Investigação. As conclusões do Conselho incentivam igualmente os Estados-Membros a apoiarem o programa-piloto "Open Research Europe" (a fim de criar um serviço de publicação de investigação de livre acesso em larga escala), a utilizarem *software* de fonte aberta e normas abertas, a reconhecerem e recompensarem as atividades de avaliação entre pares na avaliação dos investigadores, bem como a apoiarem a formação de investigadores em competências de avaliação entre pares e em direitos de propriedade intelectual.



Emprego e Demografia

Percentagem de jovens desempregados baixa para 6,3% em 2022

Em 2022, 4,48 milhões de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos estavam desempregados na UE, o que [representa](#) 6,3 % da população total da mesma idade. Olhando para a tendência de longo prazo, esta percentagem em 2022 marca um mínimo histórico desde o início da série cronológica em 2009 (9,0%).

A situação entre os países da UE varia muito. A percentagem de jovens desempregados na população total era inferior a 4% na Chéquia (2,0%), na Alemanha e na Bulgária (ambas com 3,3%), bem como na Hungria e na Polónia (ambas com 3,5%). Em contrapartida, esta percentagem era superior a 8% em Espanha (11,2%), Grécia (10,6%), Suécia (10,3%) e Chipre (8,8%). Em comparação com 2021, a percentagem de jovens desempregados na população total diminuiu na maioria dos países da UE. As exceções foram Chipre, Letónia (ambos +0,1 pp), Roménia (+0,3pp) e Estónia (+0,4 pp), onde esta percentagem aumentou ligeiramente.



Eleições Europeias

Conselho confirma datas de 6 a 9 de junho de 2024 para as próximas eleições para o Parlamento Europeu

O Conselho [confirmou](#) no dia 22 de maio que as próximas eleições para o Parlamento Europeu terão lugar entre 6 e 9 de junho de 2024. Trata-se das datas aplicáveis nos termos do [Ato Eleitoral da UE](#) (datado de 1976), que determina que as eleições para o Parlamento Europeu se realizam de cinco em cinco anos, de quinta-feira a domingo, normalmente na primeira semana completa de junho. As datas foram confirmadas após trocas de pontos de vista nas instâncias

Os Estados-Membros [determinarão](#) agora, de acordo com os respetivos quadros jurídicos e constitucionais, a data ou as datas, nesse período compreendido entre 6 e 9 de junho de 2024, em que se realizarão as eleições no seu país.



Energia

Plataforma Energética: UE captou mais de 13,4 mil milhões de metros cúbicos no primeiro concurso público para a aquisição conjunta de gás

Em [declarações à imprensa](#), o vice-presidente Maroš Šefčovič anunciou os bons resultados do primeiro concurso internacional para a aquisição conjunta de gás na UE. Alavancando o seu peso económico coletivo, a UE conseguiu atrair propostas de um total de 25 empresas fornecedoras, equivalentes a mais de 13,4 mil milhões de metros cúbicos de gás, ultrapassando o valor da procura conjunta de 11,6 mil milhões de metros cúbicos que as empresas europeias apresentaram através do recentemente criado mecanismo [AggregateEU](#).

A ligação entre os fornecedores internacionais e os clientes europeus já foi feita no *AggregateEU*, através da empresa prestadora de serviços Prisma, para um volume global de 10,9 mil milhões de metros cúbicos, abrangendo 8,7 mil milhões de metros cúbicos de gás de gasoduto e 2,2 mil milhões de metros cúbicos de gás natural liquefeito. As empresas da UE poderão agora negociar as condições dos contratos de fornecimento diretamente com as empresas fornecedoras, sem o envolvimento da Comissão. Este exercício apoiará os esforços dos Estados-Membros da UE para cumprir as suas obrigações em matéria de armazenamento de gás para o próximo inverno, reforçando ao mesmo tempo a nossa segurança energética coletiva a preços competitivos. Serão abertos novos concursos de dois em dois meses até ao final do ano.

A próxima ronda deverá ser lançada na segunda quinzena de junho. A agregação da procura e a aquisição conjunta constituem uma iniciativa emblemática no âmbito da [Plataforma Energética da UE](#), criada para promover a diversificação do aprovisionamento de gás na UE após a invasão da Ucrânia pela Rússia e da decisão coletiva da Europa de pôr termo à sua dependência das importações russas de combustíveis fósseis. Mais informações [aqui](#).



Espaço

Ciberdefesa: conclusões do Conselho salientam a importância de continuar a reforçar a resiliência da UE face às ciberameaças

O ciberespaço tornou-se um domínio de concorrência estratégica, numa época de crescente dependência das tecnologias digitais. Neste contexto, o Conselho [aprovou](#) conclusões sobre a ciberdefesa, salientando a necessidade de a UE, os seus Estados-Membros e os parceiros reforçarem ainda mais a sua resiliência face às ciberameaças e aumentarem a sua cibersegurança e ciberdefesa comuns contra comportamentos maliciosos e atos de agressão no ciberespaço.

Nas conclusões, o Conselho congratula-se com a [Comunicação conjunta](#) da Comissão Europeia e do alto representante sobre a política de ciberdefesa da UE, de novembro de 2022, e salienta a importância de investir substancialmente, tanto a título individual como em colaboração, no reforço da resiliência e na projeção de uma gama completa de capacidades de ciberdefesa de natureza defensiva. Os quadros de cooperação e os incentivos financeiros da UE podem assumir uma importância fundamental nesta perspetiva.

Em consonância com a Bússola Estratégica, as conclusões convidam os Estados-Membros e outros intervenientes relevantes a agirem em conjunto para uma ciberdefesa mais forte reforçando a cooperação e a coordenação da UE e no seio da UE, entre as cibercomunidades militares e civis e entre um ecossistema público e um ecossistema privado de confiança. O Conselho incentiva os Estados-Membros a protegerem o ecossistema de defesa da UE, desenvolvendo as suas próprias capacidades para realizar operações de ciberdefesa, incluindo, se for caso disso, medidas defensivas proativas destinadas a proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. A UE e os seus Estados-Membros devem reduzir as suas dependências estratégicas em todas as suas capacidades e cadeias de abastecimento, bem como desenvolver e dominar tecnologias de ponta no domínio da ciberdefesa. Isto inclui o reforço da base tecnológica e industrial de defesa europeia.

Além disso, o Conselho insta os Estados-Membros a investirem em capacidades interoperáveis de ciberdefesa, nomeadamente através do desenvolvimento de um conjunto de compromissos voluntários para o desenvolvimento das capacidades nacionais de ciberdefesa e da melhor utilização possível das oportunidades de investigação colaborativa a nível da UE. Por último, o Conselho sublinha a importância fundamental de estabelecer parcerias para dar resposta aos desafios comuns e apela ao alto representante e à Comissão para que explorem parcerias mutuamente benéficas e adaptadas em matéria de políticas de ciberdefesa, nomeadamente no que diz respeito ao reforço das capacidades de ciberdefesa através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP). Para o efeito, a ciberdefesa deverá ser acrescentada como ponto a abordar nos diálogos da UE, e as consultas em matéria cibernética deverão ser acrescentadas às consultas globais em matéria de segurança e defesa com os parceiros.

Conselho apela a uma abordagem europeia em matéria de gestão do tráfego espacial

O Conselho [adotou](#) as [conclusões](#) sobre a "Utilização justa e sustentável do espaço", que incluem um apelo a uma abordagem europeia da gestão do tráfego espacial, numa altura em que as órbitas estão cada vez mais congestionadas com objetos espaciais. Os ministros reconhecem que, embora a tecnologia espacial proporcione múltiplos benefícios à sociedade e à economia, algumas das órbitas em redor da Terra estão congestionadas com satélites e detritos, que tornam o desenvolvimento futuro das atividades espaciais mais arriscado e mais complexo. Além disso, a poluição luminosa e as interferências eletromagnéticas perturbam as observações e investigações astronómicas.

Para fazer face a estes desafios, as conclusões do Conselho apelam à adoção de medidas de atenuação para monitorizar e gerir os detritos espaciais existentes e encontrar formas de reduzir a quantidade de resíduos em futuras atividades orbitais. Para alcançar estes objetivos, as conclusões do Conselho propõem o reforço das capacidades através, por exemplo, do contributo do serviço de vigilância e rastreio de objetos no espaço da União Europeia, em colaboração com a Agência da UE para o Programa Espacial, para avançar no sentido de uma abordagem da UE em matéria de gestão do tráfego espacial.

As conclusões do Conselho reconhecem que o espaço é um bem comum mundial, que deverá ser passível de exploração e utilização por todos os Estados. Por conseguinte, convida a Comissão e os Estados-Membros a explorarem a possibilidade de a UE aceitar o Acordo sobre o Salvamento dos Astronautas, a Convenção sobre Responsabilidade por Danos causados por Objetos Espaciais e a Convenção sobre o Registo no âmbito dos Tratados e das Convenções sobre o Espaço Exterior das Nações Unidas. As conclusões do Conselho apelam também aos Estados-Membros e à Comissão para continuarem a aplicar as 21 orientações voluntárias para a sustentabilidade a longo prazo das atividades no espaço exterior, adotadas pelas Nações Unidas.

InvestEU: Fundo Europeu de Investimento atribui 60 milhões de euros a favor do novo fundo espacial alemão "Alpine Space Ventures"

O Fundo Europeu de Investimento (FEI) [concedeu](#) 60 milhões de euros em fundos próprios à *Alpine Space Ventures (ASV)*, um fundo de capital de risco alemão orientado para o novo setor espacial. O financiamento do FEI é apoiado pelo [programa InvestEU](#) e pelo [mecanismo de investimento "CASSINI"](#) do programa espacial europeu.

O fundo concentra-se no conjunto da cadeia de valor das constelações de satélites e da observação da Terra. Graças a este investimento, o capital investido pela ASV ultrapassa o limite de 100 milhões de euros, o que aproxima o fundo do seu objetivo de 160 milhões de euros; e que deverá ser atingido no decurso do ano. Até à data, a ASV já investiu em quatro empresas: o pequeno construtor de satélites, *Reflex Aerospace*; a sociedade de propulsão elétrica, *Morpheus Space*; *Blackwave*, especialistas em materiais compósitos de carbono; e *Source Energy*, fornecedor de soluções energéticas integradas para veículos espaciais.



Estado de Direito

Irão: cinco pessoas e duas entidades visadas pelo oitavo pacote de sanções da UE por violações dos direitos humanos

O Conselho [decidiu](#) impor medidas restritivas a mais cinco pessoas e duas entidades responsáveis por graves violações dos direitos humanos no Irão. As novas entradas nas listas incluem o atual comandante da Unidade de Auxílio Policial de Teerão das Forças Policiais iranianas e uma pessoa ligada ao "processo Maryam Arvin", uma advogada que foi brutalmente detida e gravemente maltratada e que acabou por morrer devido às suas atividades em defesa de manifestantes. As sanções visam igualmente o porta-voz da polícia iraniana e o secretário do Conselho Supremo do Ciberespaço do Irão (SCC), a autoridade responsável pela repressão no ciberespaço.

Além disso, o Conselho designou a Fundação Cooperativa do IRGC, organismo responsável pela gestão dos investimentos do Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica (IRGC) e pela canalização de fundos para a repressão brutal do regime, e a Organização de Estudantes Basij (SBO). Esta última atua como braço violento do IRGC em campus universitários, onde os estudantes fizeram eclodir protestos no outono de 2022, tendo sido subsequentemente vítimas de repressão e de graves violações dos direitos humanos, como rapto e tortura.

As medidas restritivas aplicam-se agora a 216 pessoas e 37 entidades, e consistem no congelamento de bens, na proibição de viajar para a UE e na proibição de colocar fundos ou recursos económicos à disposição das pessoas e entidades incluídas na lista. Está igualmente em vigor a proibição da exportação para o Irão de equipamento suscetível de ser utilizado para fins de repressão interna e de equipamento de controlo das telecomunicações.



Igualdade de Género, LGBTIQ, Inclusão Social e Migração

Mais de 76 mil requerentes de asilo em fevereiro de 2023

Em fevereiro de 2023, 76 505 requerentes de asilo pela primeira vez (cidadãos de países terceiros) [solicitaram](#) proteção internacional nos países da UE. Em comparação com fevereiro de 2022 (54 370), este número representa um aumento de 41 %. Houve também 6 070 requerentes subsequentes, uma diminuição de 3% em comparação com fevereiro de 2022 (6 280). Tal como nos meses anteriores, em fevereiro de 2023, os sírios constituíam o maior grupo de pessoas que pediam asilo (9 885 requerentes pela primeira vez). Seguiram-se os afegãos (9 310), à frente dos colombianos (5 160) e dos venezuelanos (5 115).

Na sequência da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, registou-se um aumento significativo de requerentes de asilo ucranianos pela primeira vez (de 2 105 em fevereiro de 2022 para 12 190 em março de 2022), mas os números têm vindo a diminuir mensalmente para 1 110 em fevereiro de 2023. Isto também se deve ao facto de as pessoas que fogem da Ucrânia beneficiarem de proteção temporária. Em fevereiro de 2023, o número de requerentes de asilo pela primeira vez com nacionalidade russa ocupava o oitavo lugar entre todas as nacionalidades, com 2 385 pedidos. A Alemanha (25 335), a Espanha (12 840), a França (10 520) e a Itália (9 840) receberam o maior número de requerentes de asilo pela primeira vez, representando mais de três quartos (77%) de todos os requerentes pela primeira vez na UE. No total, no conjunto da UE, havia 171 requerentes de asilo pela primeira vez por milhão de pessoas em fevereiro de 2023.

Em comparação com a população de cada Estado-Membro da UE (em 1 de janeiro de 2022), as taxas mais elevadas de requerentes registados pela primeira vez em fevereiro de 2023 foram registadas em Chipre (885 requerentes por milhão de pessoas) e na Croácia (649). Em contrapartida, a taxa mais baixa foi registada na Hungria (0,2).



Indústria

Novas regras para as máquinas: Conselho dá a sua aprovação final

O Conselho [adotou](#) o novo [regulamento relativo às máquinas](#). A proposta de legislação atualiza a Diretiva Máquinas, de 2006, e transforma-a num regulamento. O novo texto harmoniza os requisitos essenciais em matéria de saúde e de segurança para as

máquinas na UE, promove a livre circulação das máquinas e garante um elevado nível de segurança para os trabalhadores e os cidadãos.

O regulamento adotado torna obrigatória uma avaliação da conformidade efetuada por terceiros para seis categorias de máquinas de "alto risco". As informações de segurança terão de ser fornecidas com todos os produtos, mas, em consonância com a transição digital, o regulamento estabelece que, por defeito, as instruções passarão a ser fornecidas em formato digital. As instruções em papel continuarão a ser uma opção para os clientes que as solicitem.

A Diretiva Máquinas, de 2006, era um dos principais textos legislativos que regiam a harmonização dos requisitos essenciais em termos de saúde e de segurança aplicáveis às máquinas a nível da UE. O novo regulamento estabelecerá um quadro jurídico para a colocação, no mercado da União, de máquinas seguras, e abará os novos riscos associados às tecnologias emergentes. Ao clarificar o seu âmbito de aplicação, o regulamento garante igualmente a segurança jurídica. Por exemplo, o âmbito de aplicação inclui os pequenos veículos de transporte para uso pessoal e os veículos elétricos ligeiros, como as trotinetas e as bicicletas, uma vez que são amplamente utilizados e podem ser perigosos para os seus utilizadores.



Investigação e Inovação Científica, Ciência

InvestEU: O Fundo Europeu de Investimento e o Banco de PME da Lituânia apoiam as empresas dos países bálticos, da Finlândia e dos Países Baixos

O FEI e o *SME Bank* da Lituânia [assinaram](#) um novo acordo de garantia ao abrigo do programa *InvestEU* para garantir uma carteira de mais de 37 milhões de euros em novos empréstimos para micro e pequenas empresas de média capitalização nos países bálticos, na Finlândia e nos Países Baixos. O acordo fornecerá garantias para empréstimos em três domínios de intervenção fundamentais: (1) sustentabilidade, (2) inovação e digitalização e (3) microfinanciamento. A garantia de sustentabilidade e a garantia de inovação e digitalização apoiarão mais de 28 milhões de euros de novos financiamentos de dívida para pequenas e médias empresas de média capitalização, a fim de acelerar a transição ecológica, e apoiar as empresas orientadas para a inovação e a digitalização. Além disso, o *SME Bank* poderá emprestar 9,4 milhões de euros a microempresas com dificuldades de acesso ao crédito.



Juventude

Menos jovens sem emprego nem formação académica

Em 2022, mais de um em cada dez (11,7%) jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos na UE não estavam empregados, nem a estudar ou em formação (NEET), o que [indica](#) uma diminuição de 1,4 pontos percentuais (pp) em comparação com 2021. Durante a última década, registou-se uma diminuição significativa da percentagem de jovens adultos NEET. Em 2012, a UE registou uma taxa de 16,0%, que atingiu um pico em 2013 (16,1%) e, em seguida, iniciou uma diminuição constante. Uma exceção ocorreu em 2020, quando o indicador atingiu 13,8% durante a pandemia (de 12,6% em 2019), mas, desde então, continuou a sua tendência decrescente, atingindo 11,7% em 2022.

A redução desta taxa é um dos objectivos do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O objetivo é baixar a taxa de jovens NEET com idades entre os 15 e os 29 anos para 9% em 2030. Entre os países da UE, registaram-se grandes variações em 2022 quando se analisam as taxas de NEET para o grupo etário dos 15-29 anos. A proporção de NEET na UE variava entre 4,2% nos Países Baixos e uma percentagem quase 5 vezes superior na Roménia (19,8%). Os dados mostram que, em 2022, um terço dos Estados-Membros da UE já estava abaixo da meta de 9% para 2030, nomeadamente os Países Baixos (4,2%), a Suécia (5,7%), Malta (7,2%), o Luxemburgo (7,4%), a Dinamarca (7,9%), Portugal (8,4%), a Eslovénia (8,5%), a Alemanha (8,6%) e a Irlanda (8,7%).

Há mais mulheres jovens do que homens sem emprego nem formação académica. Na maioria dos Estados-Membros da UE, registaram-se diferenças entre as percentagens de mulheres e homens jovens NEET. Em 2022, 13,1% das mulheres jovens com idades entre os 15 e os 29 anos na UE eram NEET, enquanto a percentagem correspondente entre os homens jovens era de 10,5%. As taxas mais baixas de NEET para jovens mulheres e jovens homens registaram-se nos Países Baixos: 3,8% para os homens jovens e 4,6% para as mulheres jovens. Em contrapartida, a taxa NEET mais elevada para os homens foi registada em Itália (17,7%) e a mais elevada para as mulheres foi registada na Roménia (25,4%). Em quatro países da UE, as percentagens de mulheres jovens NEET eram inferiores às dos homens: Luxemburgo (6,9% de mulheres vs. 7,9% de homens), Finlândia (8,8% vs. 10,3%), Bélgica (9,1% vs. 9,3%) e Estónia (9,2% vs. 11,9%).



Mar e Pescas

Economia marítima sustentável: Comissão lança Fórum Azul Europeu e relatório sobre a economia azul no âmbito do Dia Europeu do Mar 2023

O [Dia Europeu do Mar](#) realizou-se em Brest, França. Trata-se de um evento anual em que a comunidade marítima europeia se reúne para estabelecer redes, proceder a intercâmbios e definir ações comuns no domínio dos assuntos marítimos e da economia azul sustentável. O evento deste ano centrou-se na transição energética, com temas como a descarbonização e as energias renováveis marinhas, bem como o desenvolvimento de competências neste setor.

A Comissão Europeia publicou também o último [Relatório sobre a Economia Azul da UE](#), que ilustra o desempenho dos setores estabelecidos e emergentes, apesar do impacto da pandemia e da invasão russa da Ucrânia. Além disso, a 26 de maio, a Comissão lançou o [Fórum Azul Europeu](#), uma das ações anunciadas na [Comunicação sobre a Economia Azul Sustentável](#) adotada em 2021. O Fórum visa reunir as partes interessadas dos setores da economia azul, empresas e cientistas para colaborar e permitir a utilização sustentável dos recursos do mar, conciliando simultaneamente utilizações concorrentes, a fim de proteger o ambiente e alcançar a neutralidade climática e a poluição zero. **Todos os interessados são convidados a [juntar-se ao Fórum Azul Europeu](#).**

OMC: Conselho aprova um acordo sobre subvenções às pescas para promover a sustentabilidade ambiental

Em 25 de maio de 2023, o Conselho [adotou](#) uma decisão que aprova, em nome da UE, a celebração de um protocolo da Organização Mundial do Comércio (OMC) que estabelece um acordo sobre subvenções no setor das pescas. O Acordo da OMC sobre Subvenções à Pesca é o primeiro acordo da OMC centrado na sustentabilidade ambiental, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU 14.6 (ODS da ONU). O acordo inclui: uma forte proibição de subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada (IUU) com disposições de transparência sem precedentes; uma proibição absoluta de subsídios para a pesca no alto mar não regulamentada; uma disposição sobre as unidades populacionais sobreexploradas que introduzirá regras de sustentabilidade para os subsídios relativos às unidades populacionais mais vulneráveis na primeira fase do acordo.



Mobilidade

Auxílio estatal: Comissão aprova medida croata de 179,5 milhões de euros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para apoiar soluções inovadoras de mobilidade urbana

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, uma medida croata no valor de 179,5 milhões de euros para apoiar o *Project 3 Mobility LLC* ("P3M") no desenvolvimento de soluções inovadoras de mobilidade urbana baseadas na condução conectada totalmente autónoma. O projeto será parcialmente financiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência ("MRR"), na sequência da avaliação positiva pela Comissão do [Plano de Recuperação e Resiliência da Croácia](#) e da sua adoção pelo Conselho.

O objetivo desta medida de investigação e desenvolvimento ("I&D") é apoiar a P3M no desenvolvimento dum serviço de mobilidade urbana baseado num veículo elétrico totalmente autónomo (o chamado "robo-táxi"). A medida faz parte de um projeto mais vasto de mobilidade urbana em Zagreb, que permitirá aos utilizadores combinar vários modos de transporte através duma única plataforma integrada de serviços de mobilidade. Se for bem-sucedido, este modelo de mobilidade urbana poderá ser alargado a outras cidades da UE.

O auxílio assumirá a forma de uma subvenção direta à P3M, cobrindo cerca de 45% dos custos elegíveis. Se o projeto se revelar muito bem-sucedido, gerando receitas adicionais, o beneficiário devolverá parte do auxílio recebido à Croácia (mecanismo de recuperação). A versão não confidencial da decisão será disponibilizada com o número de processo SA.101759 no [registo dos auxílios estatais](#) no sítio *Web* da Comissão dedicado à concorrência, logo que tenham sido resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.



Proteção civil

Inundações: UE mobiliza equipamento de emergência para ajudar as autoridades italianas

Na sequência dum novo pedido de assistência da Itália, a UE [mobilizou](#) ofertas de equipamento de bombagem da Áustria, Bulgária, Alemanha, França, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia, através do Mecanismo de Proteção Civil da UE, para ajudar as autoridades italianas a fazer face às fortes inundações. O pedido surge depois das condições meteorológicas severas em Itália terem provocado inundações e deslizamentos de terras nos últimos dias, afetando especialmente a região centro-norte da Emilia Romagna.

Em 21 de maio, as autoridades italianas ativaram o Mecanismo de Proteção Civil da UE. O pedido de assistência diz respeito a equipamento de bombagem de alta capacidade da Reserva Europeia de Proteção Civil. O Centro de Coordenação de Resposta de Emergência da UE tem estado em contacto permanente com as autoridades italianas, que estão atualmente a avaliar as ofertas, e a UE está pronta a prestar mais ajuda, se necessário. O serviço Copernicus da UE também forneceu cartografia de emergência por satélite das zonas afetadas.

Quando uma emergência ultrapassa as capacidades de resposta dum país na Europa e no resto do mundo, este pode solicitar assistência através do Mecanismo de Proteção Civil da UE. A Comissão Europeia desempenha um papel fundamental na coordenação da resposta a catástrofes a nível mundial. Desde a sua criação em 2001, o Mecanismo de Proteção Civil da UE foi ativado para mais de 600 emergências e crises dentro e fora da UE. O Mecanismo de Proteção Civil da UE visa reforçar a cooperação entre os 27 países

da UE e, atualmente, 9 Estados participantes (Islândia, Noruega, Sérvia, Macedónia do Norte, Montenegro, Turquia, Bósnia e Herzegovina, Albânia e, mais recentemente, Ucrânia) em matéria de proteção civil, a fim de melhorar a prevenção, a preparação e a resposta a catástrofes.



Faria e Castro reuniu-se em Bruxelas com Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia

O subsecretário regional da Presidência, Pedro de Faria e Castro, [esteve](#) reunido, no passado dia 23 de maio, em Bruxelas com o Embaixador Pedro Lourtie, representante permanente de Portugal junto da União Europeia. No encontro, Pedro de Faria e Castro deu conta ao responsável da REPER das diligências que o Governo dos Açores tem realizado com a Comissão Europeia, no âmbito da aplicação da nova estratégia da UE para as Regiões Ultraperiféricas. Os Açores adotaram como ponto de partida para esta negociação com a Comissão Europeia quatro sectores essenciais para o seu desenvolvimento, enquadráveis nos objetivos decorrentes do conceito da ultraperiferia: as acessibilidades/transportes, a transição energética e a descarbonização, a economia azul e verde e o desenvolvimento do setor espacial. O embaixador Pedro Lourtie reafirmou o total empenho da REPER neste processo de negociação com a Comissão Europeia.



União Europeia da Saúde: Comissão garante acordo com a BioNTech-Pfizer sobre o fornecimento de vacinas contra a COVID-19

A Comissão Europeia, atuando em parceria com os Estados-Membros da UE e em nome destes, através da Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA), e os criadores de vacinas BioNTech-Pfizer [chegaram](#) a um acordo com o objetivo de responder melhor à avaliação dos Estados-Membros sobre a evolução das necessidades em matéria de vacinas contra a COVID-19. A alteração do contrato de fornecimento de vacinas existente tem em conta a melhoria da situação epidemiológica, continuando simultaneamente a garantir o acesso à última versão disponível da vacina caso surjam variantes da COVID-19 que suscitem preocupação no futuro.

O acordo assegurou as seguintes alterações ao contrato existente: a redução da quantidade de doses adquiridas pelos Estados-Membros ao abrigo do contrato; a conversão das doses inicialmente contratadas em encomendas facultativas mediante o pagamento de uma taxa; a prorrogação do período de tempo durante o qual os Estados-Membros poderão receber as vacinas — a partir de agora, até um período de quatro anos; a possibilidade de manter até ao final do contrato o acesso a doses adicionais até ao volume inicial contratado, a fim de satisfazer as necessidades se o número de casos aumentar e a situação epidemiológica se deteriorar; acesso contínuo a vacinas adaptadas a novas variantes logo que sejam autorizadas pelas entidades reguladoras.

3,6 % das crianças da UE tinham necessidades médicas não satisfeitas em 2021

Em 2021, 3,6 % das crianças com menos de 16 anos em agregados familiares com crianças [tinham](#) necessidades médicas não satisfeitas, o que indica um aumento de 2 pontos percentuais (pp) desde o último relatório de 2017 (1,6 %). Esta percentagem era mais elevada (5,3%) para as crianças que viviam em agregados familiares com um adulto, mas ligeiramente inferior (3,4%) para os agregados familiares com dois ou mais adultos. Entre os países da UE, as percentagens mais elevadas de crianças com necessidades médicas não satisfeitas que vivem em agregados familiares com crianças foram registadas na Polónia (7,3 %) e na Letónia (6,4 %), seguidas da Hungria e da Roménia (ambas com 4,7 %) e da Espanha (4,6 %). Em contrapartida, as percentagens mais baixas foram registadas na Áustria (0,3%) e no Luxemburgo (0,4%), seguidos da Croácia (0,9%) e de Malta, Lituânia e Chipre (todos com 1,5% cada).

Em 2021, a situação dos cuidados dentários era semelhante, embora ligeiramente pior do que as necessidades médicas não satisfeitas, uma vez que 4,4 % das crianças que viviam em agregados familiares com crianças não recebiam os cuidados dentários de que necessitavam, um aumento de 1,8 pontos percentuais desde 2017. Analisando os dados relativos a todos os países da UE, 11 registaram uma percentagem de crianças com necessidades de cuidados dentários não satisfeitas superior à média da UE. Esta percentagem era mais elevada nos agregados familiares com um adulto, com 7,1 % das crianças a não receberem os cuidados dentários de que necessitavam. Entretanto, 4,0 % das crianças que vivem em agregados familiares com dois ou mais adultos tinham necessidades não satisfeitas de tratamento dentário.

Em 2021, entre os países da UE, as percentagens mais elevadas de crianças com necessidades não satisfeitas de cuidados dentários a viver em agregados familiares com crianças foram registadas na Letónia (7,7%), seguida da Espanha (7,1%), Hungria (7,0%), Eslovénia (6,8%) e Portugal (6,4%). Na parte inferior da escala, as percentagens mais baixas foram registadas no Luxemburgo (0,6%), na Croácia (0,8%), na Suécia (1,1%) e na Áustria e Itália (ambas com 1,2%).



Conclusões do Conselho sobre a resolução do défice de financiamento humanitário

O Conselho [aprovou](#) conclusões que sublinham a necessidade urgente de resolver o crescente défice entre as necessidades humanitárias e os recursos. O Conselho reitera o papel fundamental da UE e dos seus Estados-Membros no apoio à ação humanitária a nível mundial, e sugere que se resolva o défice entre as necessidades humanitárias e os recursos aumentando e alargando a base de recursos para a ação humanitária, aumentando a eficácia e a eficiência do sistema humanitário e reduzindo as necessidades humanitárias.

Além disso, o Conselho incentiva os Estados-Membros a prosseguirem os seus esforços nesse sentido, contribuindo a um nível proporcional aos seus meios financeiros e assegurando que uma parte adequada da sua ajuda pública ao desenvolvimento (APD) seja consagrada à ação humanitária, com base nas necessidades humanitárias existentes.

Comissão atribui mais 1,5 mil milhões de euros em assistência macrofinanceira à Ucrânia

A Comissão Europeia [efetuou](#) um quarto pagamento de 1,5 mil milhões de euros ao abrigo do pacote de [assistência macrofinanceira+](#) a favor da Ucrânia, com um valor que pode ir até aos 18 mil milhões de euros. Com este instrumento, a UE procura ajudar a Ucrânia a cobrir as suas necessidades imediatas de financiamento, com um apoio financeiro estável, previsível e significativo em 2023. Este apoio ajudará a Ucrânia a continuar a pagar salários e pensões e a manter em funcionamento os serviços públicos essenciais, como hospitais, escolas e habitação para as pessoas deslocadas. Permitirá igualmente à Ucrânia assegurar a estabilidade macroeconómica e restaurar as infraestruturas críticas destruídas pela Rússia na sua guerra de agressão, como as infraestruturas energéticas, os sistemas de abastecimento de água, as redes de transportes, as estradas e as pontes.

Nas palavras da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen: «A Ucrânia está a lutar corajosamente contra a guerra de agressão da Rússia. A Europa continua ao lado da Ucrânia. Desde o início deste ano, pagámos 7,5 mil milhões de euros em assistência macrofinanceira. Este financiamento contribui significativamente para cobrir as necessidades financeiras imediatas da Ucrânia. E não ficaremos por aqui.» Mais informações na [ficha informativa](#).

Cimeira UE-República da Coreia

A 10.ª Cimeira UE-República da Coreia [teve](#) lugar em Seul, enquanto ambos os parceiros celebram o 60.º aniversário das relações diplomáticas UE-Coreia do Sul. A cimeira deixou um forte sinal de cooperação reforçada entre dois parceiros que partilham dos mesmos valores. A UE e a Coreia do Sul debateram os mais recentes acontecimentos relacionados com a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Os dirigentes recordaram o seu apoio inabalável à independência, à soberania e à integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, bem como ao direito inerente de legítima defesa da Ucrânia contra a agressão russa. Desde que a Rússia deu início à guerra, a UE e os seus Estados-Membros disponibilizaram cerca de 70 mil milhões de euros à Ucrânia e ao seu povo. Adotaram igualmente medidas sem precedentes contra a Rússia. A UE e a Coreia do Sul apelaram a todos os membros das Nações Unidas, especialmente aos membros do Conselho de Segurança da ONU, para que tomassem uma posição unida e firme contra o programa de armas ilegais da Coreia do Norte.

Os dirigentes constataram com satisfação a existência de uma relação económica sólida e próspera, que se baseia no acordo de comércio livre entre a Coreia do Sul e a UE. Em 2022, o comércio bilateral de mercadorias ascendeu a 132 mil milhões de euros. A UE e a Coreia do Sul acordaram em trabalhar no sentido de melhorar o acesso mútuo aos mercados de produtos agroalimentares.



Tecnologia, informática e comunicações

Mão de obra da UE no setor das TIC cresce em 2022

Em 2022, 9,4 milhões de pessoas na UE [trabalhavam](#) como especialistas em TIC, o que representa 4,6% do total da população ativa da UE. A percentagem de especialistas em TIC na UE tem vindo a aumentar ao longo da última década, tendo aumentado 1,4 pontos percentuais (pp) desde 2012. Entre os países da UE, a percentagem de especialistas em TIC foi mais elevada na Suécia (8,6%), seguida do Luxemburgo (7,7%) e da Finlândia (7,6%). As percentagens mais baixas foram observadas na Grécia (2,5%), na Roménia (2,8%) e na Polónia (3,6%).

De 2012 a 2022, o número de especialistas em TIC na UE registou um aumento de 57,8%, o que representa quase 6,6 vezes a taxa de crescimento do emprego (+8,8%). A percentagem de mulheres que trabalham como especialistas em TIC registou um declínio marginal em 2022 em comparação com 2021 (18,9% em comparação com 19,1%), quebrando a tendência ascendente observada desde 2014. Entre os países da UE, as maiores percentagens de mulheres entre os especialistas em TIC empregados foram observadas na Bulgária (28,9%), Roménia (25,2%) e Estónia (24,5%), enquanto as menores percentagens foram observadas na Chéquia (10,9%) e na Hungria (13,6%).



Turismo

Mais de um terço das dormidas registadas em julho e agosto

A sazonalidade sempre teve um [impacto](#) substancial no turismo, evidente nos padrões de chegadas e dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico da UE. Durante os períodos de pico de férias, as zonas turísticas podem registar uma sobrelotação e uma sobrecarga de recursos. Por outro lado, os períodos mais calmos podem conduzir a instalações subutilizadas e à instabilidade do emprego devido à flutuação da procura.

Em 2022, observou-se o padrão sazonal tradicional, com a maioria das dormidas registadas em agosto (18% das dormidas em 2022; 478 milhões de dormidas), seguido de perto por julho (16%; 440 milhões). Em contrapartida, a percentagem de dormidas foi mais baixa em janeiro (3%; 89 milhões), seguida de fevereiro (4%; 111 milhões).

Uma parte significativa das chegadas foi também registada em julho e agosto (cada um 14% do total de chegadas em 2022; 127 e 128 milhões de chegadas, respetivamente). O que é interessante notar é a correlação entre as chegadas e as dormidas durante estes meses de pico. O pico das dormidas é mais pronunciado do que o pico das chegadas, o que sugere que os turistas tendem a ficar mais tempo durante estes meses mais movimentados, correspondendo provavelmente ao seu principal período de férias. Esta tendência aumenta a procura de alojamento durante a época de Verão.

Os meses de pico para as dormidas foram julho e agosto em todos os países da UE em 2022. O padrão sazonal foi mais acentuado na Croácia (59% das dormidas em 2022), na Bulgária (48%) e na Grécia (43%). Entretanto, o padrão sazonal foi menos pronunciado em Malta e na Finlândia (ambos com 25%) e na Alemanha (26%).

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2023](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

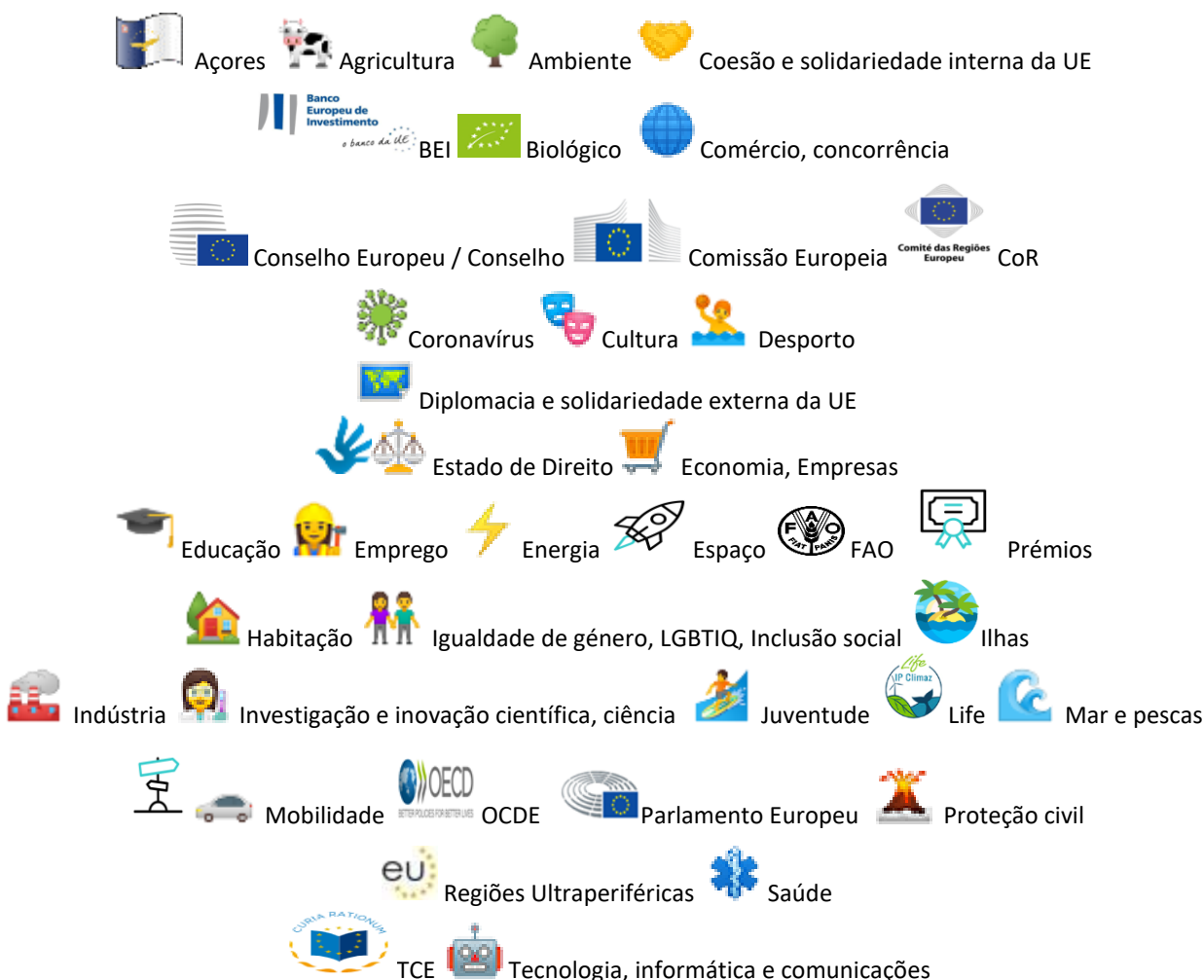
O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Turismo



União Europeia, outros

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!